

Rui já tratava das ausências

O problema da assiduidade dos parlamentares no Congresso Nacional não é um fato novo. Ele começou a existir tão logo o marechal Deodoro da Fonseca instituiu a República. Pelo menos foi isso que mostrou aos parlamentares, ontem, o senador Fábio Lucena (PMDB-AM), ao ler da tribuna o discurso do senador Rui Barbosa, proferido na sessão do dia 17 de dezembro de 1900, intitulado "Freqüência de Congressistas".

Nele, Rui Barbosa fala da dificuldade de aprovação de um projeto orçamentário de autoria do senador Barata Ribeiro, que teria sido influenciado pelo Governo, a quem caberia a vitória que obtivesse no Congresso.

A ausência dos parlamentares é justificada por Rui Barbosa citando o procedimento de outros parlamentos do mundo, onde o mandato legislativo é uma realidade em que a representação popular é uma "coisa séria": "Se nesses parlamentos onde o poder popular é uma realidade poderosa, onde o representante da Nação é uma força constituída, onde cada um daqueles falam como procuradores do povo, tem atrás de si um exército pacífico e irresistível; se nestes parlamentos a tática legislativa se vê muitas vezes obrigada ao recurso da retirada, por que não se poderá admitir a retirada na nossa misera situação parlamentar?".

— Por isso eu não condeno o recurso da retirada. Eu o aprovo, eu o legitimo, eu estou disposto mesmo a aplaudi-lo qualquer empregado com critério, nobreza e dignidade, nos casos extremos e para evitar medidas deploráveis — disse Rui Barbosa.

Como solução o senador baiano diz: "Se gratuito ou não o mandato, isto é secundário, porque senhor Presidente, se o meio de corrigir as ausências é a gratuidade do mandato, estabeleçam-na. Estabeleçam a gratuidade do mandato, mas não façam do subsídio o preço venal e azinhavrado de uma presença que ele não paga. O



trabalho honesto de qualquer homem de algum valor nesta terra, apesar da pobreza do seu mercado, basta em um só dia para dar-lhe tanto quanto os cofres da Nação por um mês inteiro de presença neste recinto".

Num parlamento segundo Rui Barbosa, há presenças mudas e estéreis, há ausências fecundas e laboriosas, e o representante da Nação não pode ser medido pela craveira, nem pelo número de presenças, nem pelo número de ausências no recinto do parlamento a que pertence.

"Essa ameaça com que se lhe acena da publicidade quotidiana, pela colunas dos jornais, dos nomes dos ausentes das sessões das câmaras, faz-me rir" — disse Barbosa.

O jornalismo, para ele, não deve ser usado para marcar ponto à porta do Congresso, mas para guardar sempre, para que brilhe a chama da independência que nos outros tempos fez do jornalismo brasileiro uma grande força, um quarto poder do Estado. Uma poderosa realidade, que já foi instrumento de tantas reformas e que pode ainda ser a salvação da nossa terra. "O que nós precisamos do jornalismo brasileiro é que ele guarde essa fidelidade, essa força, essa independência na defesa do seu papel".